

Comissão da Saúde propõe mudar benefícios

■ Sugestões para melhorar rede pública incluem alteração nas aposentadorias e fim do abatimento no IR das despesas médicas

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — A comissão especial formada para propor soluções para a crise da saúde pública concluiu seu trabalho e entregou ontem ao presidente Itamar Franco seu relatório. Integrada por parlamentares e representantes do governo e dos hospitais filantrópicos, a comissão sugeriu medidas polêmicas, entre elas a revisão de benefícios da Previdência Social e o fim do abatimento de despesas médicas e hospitalares da declaração de renda das pessoas físicas.

O presidente ainda não definiu que medidas vai acatar, mas, segundo disse ao senador Elcio Álvares (PFL-ES), aos deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e ao empresário Antônio Ermírio de Moraes, integrantes da comissão, tomará o relatório como "uma bíblia, um norte, um roteiro".

O presidente afirmou ainda que, como muitas dessas medidas exigem alterações na Constituição, pode ser que ele mesmo tome a iniciativa de propor ao Congresso Nacional emendas constitucionais. Seguem algumas propostas:

- Utilização do dinheiro das privatizações — hoje estimado em US\$ 105 milhões — e das aplicações financeiras da Contribuição sobre o Lucro para Saúde e Previdência.

- Se for preciso, cortes mais radicais no Orçamento do que os propostos pelo governo, inclusive nas áreas de Saúde e Previdência para remanejar recursos.

- Destinação de 20% do IPMF para a Saúde, o que corresponde a cerca de US\$ 120 milhões por mês.

- Respeito ao cronograma de pagamento dos serviços prestados pelos hospitais.



Na reunião com os integrantes da comissão, Itamar prometeu usar o relatório "como uma bíblia, um norte"

- Os planos de saúde privados deverão contribuir para o SUS e ressarcir os hospitais pelo atendimento aos seus segurados.

- Diminuir gradativamente até a extinção o subsídio aos institutos de previdência de estatais.

- Sobretaxar cigarros e bebidas.

- Revisão de benefícios da Previdência como aposentadoria por tempo de serviço e especiais (as de parlamentares, juizes e militares, por exemplo). Rediscussão também do direito da mulher de se aposentar cinco anos antes do homem.

- Regime universal de seguro social para quem ganha até 10 salários mínimos. A partir desta faixa, seria cobra complementação à previdência pública ou privada.

- Fim do abatimento de despesas

médicas e hospitalares no Imposto de Renda de pessoas físicas.

- Criação de uma câmara setorial para atacar monopólios de insumos hospitalares.

- Extinção da LBA.

- Criação do Ministério da Seguridade Social, resultado das fusões dos ministérios da Saúde, Previdência e Bem-Estar Social.

- Garantir recursos para a Saúde aos moldes do que é feito com a Educação: 30% das contribuições sociais, 10% dos impostos federais e 10% dos impostos pagos por estados e municípios.

- Unificação do Cofins com PIS/Pasep.

- Aumento da contribuição do servidor público ao Plano de Seguridade Social.

Jamil irá hoje à TV explicar crise

□ O ministro da Saúde, Jamil Haddad, fará às 20h30 de hoje pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão sobre os problemas que tem enfrentado em relação à crise nos hospitais conveniados. Também se apresentarão dois representantes da comissão especial criada pelo presidente Itamar Franco para propor soluções para o setor. Um deles é o empresário Antônio Ermírio de Moraes, que representa a Beneficência Portuguesa. O outro deverá ser um parlamentar.